

Lucro, taxa e tendência nos manuscritos inéditos de *O capital*¹

Leonardo Gomes de Deus²

Bovick Wandja Yemba³

Lucien André Regnault Marques⁴

Resumo:

O texto descreve o processo de elaboração da “lei de tendência de queda da taxa de lucro” a partir dos manuscritos inéditos de Marx, publicados entre 1975 e 2012. São apresentados os “quatro esboços” de *O capital*, respectivamente, os *Grundrisse*, o *Manuscrito de 1861-3*, o *Manuscrito de 1864-5* e o conjunto de textos escritos até o fim da vida por Marx. O texto aborda, finalmente, as discussões contemporâneas sobre esses escritos.

Palavras-chave: Taxa de lucro; Karl Marx; *O capital*; marxismo.

Profit, rate and tendency in the recently published manuscripts for Das Kapital

Abstract:

The paper describes the process of composition of the “law of the tendential fall in the rate of profit” from the perspective of the marxian manuscripts published between 1975 and 2012 in the new MEGA edition. The text discusses the “four drafts” for *Das Kapital*, the *Grundrisse*, the *Manuscript of 1861-1863*, the *Manuscript of 1864-1865* and the set of manuscripts Marx wrote until the end of his life. The paper also discusses the recent interpretations of those manuscripts.

Key words: Rate of profit; Karl Marx; *Das Kapital*; Marxism.

¹ Versões preliminares deste texto foram apresentadas no II Colóquio de Filosofia e Teoria Social (jun. 2016) e no Encontro da Anpec (dez. 2017). Agradecemos aos participantes pelos comentários feitos nas duas ocasiões, e ainda os dos membros do Grupo de Economia Política Contemporânea/Cedeplar, especialmente Eduardo da Motta e Albuquerque, Leonardo Costa Ribeiro e Pedro Mendes Loureiro, eximindo a todos de toda responsabilidade pelo conteúdo final deste artigo. Agradecimentos, ainda, ao CNPq e à Pró-Reitoria de Pesquisa pelo financiamento da pesquisa. Revisado por Vânia Noeli Ferreira de Assunção.

² Doutor, professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Endereço eletrônico: leodedeus@cedeplar.ufmg.br.

³ Graduando em economia, bolsista da Pró-Reitoria de Pesquisa da UFMG. Endereço eletrônico: bovicw@yahoo.fr.

⁴ Graduando em economia, bolsista da Pró-Reitoria de Pesquisa da UFMG. Endereço eletrônico: lucienrmarques@gmail.com.

Introdução

Durante várias décadas, vigorou a asserção marxiana de que a *lei de tendência de queda da taxa de lucro* tinha “grande importância” para a produção capitalista e, por outro lado, constituía um grande mistério para a economia política (*O capital*, l. III, MEGA2 II.15, p. 211). Descrita no Livro III de *O capital*, no século passado e mesmo neste, a lei foi explorada de diversas maneiras, desde Hilferding e Grossman, passando por Sweezy e Okishio, até autores contemporâneos. Todas essas explorações têm em comum o fato de se haverem debruçado sobre o livro publicado por Engels em 1894. Pode-se dizer que tomaram como pronta a teoria marxiana, sem mais preocupações com sua gênese, salvo raras exceções. Nos últimos 25 anos, todavia, com a publicação dos materiais preparatórios para *O capital*, a leitura que até então se realizou a respeito sofreu reparos consideráveis. Sabe-se agora em detalhe que o terceiro livro de *O capital*, publicado por Engels, representou uma tentativa de sistematização de material que não recebeu de Marx uma versão acabada. Publicados os materiais preparatórios, tem sido necessário avaliar como Marx elaborou várias categorias de sua obra, para além daquilo que foi publicado por Engels e, eventualmente, reconhecido como definitivo por gerações de leitores. Tanto o problema da transformação, quanto as leis a respeito de lucro e taxa de lucro estavam longe de receber um tratamento definitivo, bem ao contrário.

Este artigo não pretende encerrar os debates a respeito, evidentemente, mas mostrar como as questões relativas a lucro, taxa de lucro e, sobretudo, tendência de queda se apresentam nos escritos de Marx, como o tratamento se modifica a cada manuscrito. Os materiais preparatórios têm um duplo papel na evolução do pensamento marxiano: são tanto uma tentativa de sistematização de pesquisa previamente efetuada quanto representam também nova exploração intelectual sobre os temas, a abrir nova rodada de pesquisas. Busca-se mostrar, então, como o próprio autor efetua sua pesquisa durante mais de 25 anos e, notadamente, como se podem pensar tais questões à luz de seus manuscritos recentemente publicados. A evolução do pensamento é bastante nítida, desde uma visão da derrubada inevitável do capitalismo, presente nos *Grundrisse* (1857), até uma perspectiva mais prudente, carente de metodologia definida, nos textos finais – talvez, uma pesquisa em busca de um método de exposição ou, ainda, o próprio pesquisador em busca de uma nova abordagem para os problemas que tinha diante de si. De fato, depois dos *Grundrisse* e do *Manuscrito de 1861-3*, em que a tendência de queda da taxa de lucro é idêntica à derrubada do capitalismo, Marx se lança à redação daquilo que se tornaria o principal manuscrito

utilizado por Engels para a edição do Livro III, o chamado *Manuscrito de 1864-5*, em que é formulada pela primeira vez a abordagem das chamadas contratendências, por exemplo, dentre outras novidades. Imediatamente depois, Marx redige uma série de manuscritos curtos, em que tanto o problema da formação do lucro médio quanto a questão da lei de tendência de queda da taxa de lucro se lhe impõem, sem conclusão, até os manuscritos da sua última década de vida.

A tarefa aqui proposta é bastante arriscada, pois abandona a perspectiva da totalidade categorial de *O capital*, em benefício de uma parte bastante diminuta do material. O recorte, entretanto, tem plena justificativa, quando se rememora a advertência do próprio Marx, mencionada acima, sobre a importância e o mistério da lei em questão. De fato, no Livro III, conforme o plano original, está exposta a síntese que ultrapassa produção e circulação do capital e que lhe capta os movimentos como um todo, a gerar as formas concretas que emergem desses movimentos (*O capital*, l. III, MEGA2 II.15, p. 30). Em suma, os temas relativos a lucro, tendência e queda podem lançar luzes sobre as possibilidades e até mesmo limites temáticos do todo planejado por Marx. Ajudam a esclarecer, com efeito, a completude categorial e o inacabamento de *O capital*, permitindo especular até mesmo se o todo planejado receberia a conclusão que lhe conferiu Engels.

Além desta introdução, o artigo está dividido em quatro seções. A primeira investiga os manuscritos anteriores à redação de *O capital* e seus esboços, isto é, o caminho até 1857, quando tem início a redação dos *Grundrisse*, “primeiro esboço”, primeira tentativa efetiva de redação da crítica da economia política. A segunda seção analisa o *Manuscrito de 1861-3*, o “segundo esboço”, material prévio à efetiva redação dos manuscritos para o Livro III, mas que têm aqui sua importância desvelada. A terceira seção investiga, finalmente, o *Manuscrito de 1864-5*, o “terceiro esboço”, que constitui ponto de inflexão na tematização marxiana, mas também de sistematização do material previamente produzido. A quarta seção apresenta os manuscritos posteriores, de 1867 a 1875, em que Marx retorna à análise mais detalhada, menos sintética, das questões abordadas nos anos anteriores, um conjunto irregular de textos que compõem o chamado “quarto esboço”. Uma conclusão arremata o argumento, com um breve panorama das discussões surgidas a partir da publicação de todo o material apresentado.

I. Manuscritos iniciais e os Grundrisse: a primeira formulação

Desde os primeiros embates com a economia política clássica, Marx se defronta com a questão do lucro e sua tendência de queda, imersa nas contradições de classe descritas por Adam Smith, David Ricardo e outros.

Já nos *Manuscritos de 1844* chama-lhe a atenção o fato de que o confronto entre capital e trabalho e a concorrência entre capitais têm impacto na lucratividade do sistema, notadamente na formulação de Smith (*Manuscritos econômico-filosóficos*, MEGA2 I.2, p. 343). A concorrência, para Smith, rebaixaria os lucros, fato agravado pela própria acumulação do capital, que implicaria maior demanda por trabalho e conseqüente alta de salários. Chama a atenção do jovem Marx que, em Smith, o progressivo enriquecimento da sociedade implica a necessária dificuldade de lucratividade.

Passando pela parcial adesão à teoria do valor de Ricardo em *Miséria da filosofia*, outro momento privilegiado da trajetória marxiana está no *Trabalho assalariado e capital*, escrito em 1847. Neste texto, Marx desenvolve uma primeira “lei geral” de lucro e salários, nos seguintes termos: “Eles se encontram em proporção inversa. A participação do capital, o lucro, aumenta na mesma proporção em que diminui a participação do trabalho, o salário diário, e inversamente. O lucro aumenta na medida em que o salário diminui, diminui na medida em que o salário aumenta.” (*Trabalho assalariado e capital*, *Werke* VI, p. 414) A contradição, nestes primeiros anos, é posta tão somente no nível da economia política clássica, ou seja, no âmbito da contradição entre trabalho vivo e trabalho objetivado. Assim, a acumulação expressa pela introdução e expansão da maquinaria implica apenas, para o Marx de 1847, uma expansão da produção, com ganhos salariais em decorrência da maior demanda por trabalho. Trata-se de situação prejudicial ao trabalhador, mas, ainda assim, a mais benigna. Esta perspectiva reaparece, no ano seguinte, no *Manifesto comunista*, em que é retomada a tematização d’*A ideologia alemã*, da contradição entre forças produtivas e forma de intercâmbio, a produção de riqueza material que não cabe mais em sua forma jurídico-política. No texto de 1848, a derrubada do capitalismo, por suas contradições internas, parece inevitável. Entretanto, no mesmo texto, Marx, juntamente com Engels, manifesta pela primeira vez a intuição das “contratendências”, destruição de forças produtivas, conquista de novos mercados e exploração mais intensa daqueles já existentes. Esses mecanismos seriam o caminho até crises mais profundas e de difícil solução (*Manifesto comunista*, *Werke* IV, p. 468), ou seja, a queda seria inevitável, naturalmente, não em razão das forças econômicas, mas da ação dos proletários associados.

As construções desse período, até que se iniciem as pesquisas em Londres, em 1849, refletem algumas falhas de abordagem de Marx, imerso ainda na própria perspectiva da ciência que pretende criticar. Sem a correta formulação de uma teoria do valor, sem a devida elaboração categorial de uma crítica da economia política, Marx não poderia

compreender os fenômenos de mais-valor e, tampouco, de renda, isto é, salário, lucro e renda fundiária. Não poderia, portanto, elucidar suas leis e complexidade. Assim, os textos anteriores a 1849 não apresentam quaisquer nuances dialéticas: “o lucro aumenta quando o salário diminui” e esta é a conclusão e o limite da tematização do período. Nos anos seguintes, o enfoque se modifica. Em primeiro lugar, Marx empreende longas pesquisas a respeito da natureza do dinheiro e das discussões de economia monetária de seu tempo. A mudança de enfoque é clara, conforme se lê nessa passagem de um dos *Cadernos de Londres*, redigidos entre 1849 e 1853:

Se o *produto criado por capital e trabalho* fosse sempre o mesmo, então a questão seria sobre lucros e salários, o que regula a *divisão* do produto entre capitalistas e trabalhadores... esse produto, porém, não é sempre o mesmo; seu montante, em proporção ao capital e trabalho empregados, depende da proporção na qual população e capital se distribuem na terra ou, conforme designado, o campo de emprego para capital e trabalho; e, mais ainda, como população e capital aumentam em relação à terra, menos do que produzem é dividido entre eles. Segue que a questão de lucros e salários não é mera questão de participações ou divisão. A produção não é limitada apenas pelo capital, mas também pelo *campo de emprego* do próprio capital, em especial, a terra. (MEGA2 IV.8, p. 276)

Essas breves indicações mostram o estado da pesquisa marxiana durante mais de uma década e todas elas comprovam que, quando eclode a crise de 1857 e Marx inicia a redação do primeiro esboço de *O capital*, não está suficientemente preparado para a empreitada, conforme afirma Krätke (1998, p. 24). Mesmo assim, em alguns meses, terá produzido um texto de grande valor em si mesmo, os *Grundrisse*. Este texto representa uma síntese de todas as pesquisas empreendidas em Londres, bem como constitui uma resposta teórica aos desafios impostos pelas análises de conjuntura com que Marx teve de se haver durante os anos de periodista. Quando tem início a redação, sabe-se que o plano de Marx era escrever seis livros, sobre trabalho assalariado, capital, propriedade fundiária, comércio exterior, estado e mercado mundial. O manuscrito se dividiu, além da introdução, num capítulo sobre dinheiro e outro sobre capital, com importantes aquisições teóricas, como a formulação inicial do mais-valor absoluto e a própria tematização inicial sobre o dinheiro e seu curso.

O capítulo sobre o capital parte da transformação do dinheiro em capital, aborda processo de trabalho e valorização, algumas questões relativas à circulação do capital e, finalmente, apresenta uma pequena seção sobre juros e lucro. Nessa seção, Marx aborda a questão da lei de tendência de queda da taxa de lucro. Ele diz: “O mais-valor real é determinado pela proporção do sobretrabalho com trabalho necessário, ou

pela porção do capital, a proporção de trabalho objetivado que se troca por trabalho vivo, pela proporção de trabalho objetivo pelo qual ela se troca.” (*Grundrisse*, MEGA2 II.1, p. 620) Por outro lado, o mais-valor na forma de lucro “é medido pelo valor total do capital requerido no processo de produção, enquanto taxa de lucro”. Então, Marx conclui:

Portanto, quanto menor se torna a porção trocada por trabalho vivo, menor fica a taxa de lucro. Na mesma proporção, portanto, em que o processo de produção do capital como capital toma mais espaço em relação ao trabalho imediato – portanto, na proporção em que o sobrevalor aumenta – a força criadora de valor do capital – tanto mais a taxa de lucro cai. (*Grundrisse*, MEGA2 II.1, p. 621).

Quanto maior o valor despendido com o capital, menor, proporcionalmente, o novo valor criado. Assim, o valor produzido aumenta, o tamanho do capital também, mas, dadas as leis da produção capitalista, a tendência é, segundo Marx, de diminuição da parte alíquota despendida com o trabalho. Nos *Grundrisse*, Marx considera a lei “a mais importante da economia política, a mais essencial para compreender as mais difíceis relações”, também, a mais importante lei do ponto de vista histórico (*Grundrisse*, MEGA2 II.1, p. 622).

Nas páginas seguintes do manuscrito, o autor elenca alguns aspectos importantes, como o vínculo da lei com o desenvolvimento da ciência e da base material prévia ao processo de produção; a diminuição da participação do trabalho vivo, criador de valor, na composição do capital; o desenvolvimento de uma série de alíquotas do capital, desvinculadas de sua própria produção, como mercado, transportes, comunicações etc. E arremata:

A partir de certo ponto, o desenvolvimento das forças produtivas se torna uma barreira para o capital; portanto a relação de capital se torna uma barreira para o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho. Chegado esse ponto, o capital, isto é, o trabalho assalariado entra na mesma relação com o desenvolvimento da riqueza social que o sistema de guildas, a servidão, a escravidão e será necessariamente removido como um grilhão. (*Grundrisse*, MEGA2 II.1, p. 623)

O próprio processo de produção do capital produz seus limites e, com isso, está produzida também a necessidade histórica de sua superação. Entretanto, este processo não se dá de modo linear, já que também produz meios de escapar do fim inevitável. A contradição entre forças produtivas e relações sociais, no interior da produção capitalista, produz ela mesma crises, contradições agudas e, finalmente, coloca a exigência de superação do capitalismo. De fato, logo em seguida no texto, Marx aponta, sem assim as chamar, algumas contratendências, como desvalorização do capital constante, desperdício, criação de novos ramos

de produção. Aqui, ele ainda considera as crises e convulsões não contratendências, mas simplesmente meios de o capital escapar do suicídio (*Grundrisse*, MEGA2 II.1, p. 624). E conclui: “Entretanto, essas catástrofes regularmente recorrentes conduzem à sua repetição numa escala maior, e finalmente à sua derrubada.” (*Grundrisse*, MEGA2 II.1, p. 624). O efeito agudo da tendência de queda da taxa de lucro, portanto, é a própria derrubada do sistema. A despeito da atuação de contratendências, as contradições que a lei expressa conduzem a um momento em que não podem mais funcionar.

As páginas seguintes do manuscrito se ocupam de um breve exame da literatura a respeito da lei, notadamente, Ricardo, além de, em seguida, estabelecer algumas leis da relação entre mais-valor e lucro. Marx efetivamente acredita que um dos principais problemas da economia política que trata de criticar é não distinguir as duas categorias. No caso de Ricardo, com isso, a tendência de queda da taxa de lucro só poderia ser pensada em razão de aumento de salários.

O valor das intuições desenvolvidas nos *Grundrisse* fica bem exemplificado pela formulação inicial da lei tendencial de queda da taxa de lucro. O plano para uma crítica da economia política está relativamente distante, e o lugar dessa tematização ainda não está definido. Pode-se ver, aqui, como a relação entre a lei e a totalidade categorial de *O capital* ganha consistência nos manuscritos seguintes. Com efeito, nos *Grundrisse*, a enunciação da lei se vincula fortemente ao próprio processo de produção de mais-valor absoluto e relativo, ponto que Marx critica em vários autores. Somente nos anos seguintes o autor poderá situar precisamente o lugar das leis sobre lucro em sua obra. Cabe dizer, ademais, que o próprio desenvolvimento futuro da *lei geral da acumulação capitalista*, contrapartida da lei tendencial de queda do lucro, tem efeitos importantes nesse desenvolvimento. Finalmente, cabe lembrar que Marx concebe essas páginas no momento em que a crise de 1857 produz seus efeitos mais agudos. Seriam necessárias outras crises ainda para que essa correlação entre taxa de lucro e derrubada do capitalismo fosse abandonada.

II. Manuscrito de 1861-3: a agenda para futuras investigações

Vencidas as primeiras dificuldades de pesquisa e exposição, e depois de um ano imerso na polêmica com Karl Vogt, Marx retoma em agosto de 1861 o processo de redação de sua crítica. Conta continuar exatamente de onde havia parado em *Para a crítica da economia política*, ou seja, pensa escrever então o terceiro capítulo de sua crítica, que corresponderia ao capital, em continuidade aos capítulos sobre “mercadoria” e “dinheiro” de 1859. Trabalha ainda com o plano dos seis livros, possivelmente abandonado em 1863. Naturalmente, o processo de redação se torna

novamente processo de pesquisa, a demandar novos esforços que adiarão, uma vez mais, a publicação definitiva. O *Manuscrito de 1861-3*, ao longo de seus 23 cadernos, retoma vários temas desenvolvidos nos *Grundrisse* e expande consideravelmente a matéria. Conquanto seja texto menos exuberante do que os *Grundrisse*, as aquisições dessa obra são definitivas. Basta indicar que, ao final de pouco mais de dois anos de trabalho, segundo a orientação mais aceitável, de Rosdolsky (2001) e Grossmann (1929), *v.g.*, Marx alcança um plano consistente de redação para os três livros de *O capital*, tendo abandonado, possivelmente, o plano dos seis livros. As etapas de redação passam pelo capítulo do “capital” propriamente, em que são desenvolvidas as categorias de mais-valor absoluto e mais-valor relativo, e pelas chamadas *Teorias do mais-valor*, única parte do manuscrito publicada antes de 1975, sob o enganoso subtítulo de “livro quarto de *O capital*”. Entre dezembro de 1862 e janeiro de 1863, Marx redige os cadernos XVI e XVIII, que tratam especificamente dos temas posteriormente abordados no Livro III, a serem analisados aqui. Além disso, haveria ainda dois cadernos sobre maquinaria e outros três sobre mais-valor relativo, em que são desenvolvidas as categorias de subsunção formal e real, dentre outras.

Desenvolvida e consolidada a tematização sobre mais-valor, e depois de uma detida análise dos autores que dela trataram na economia política clássica, Marx pode se dedicar às especificidades fenomênicas, especialmente lucro e renda. O plano inicial do manuscrito em questão era fazer para a categoria “capital” o mesmo que fora feito para “mercadoria” e “dinheiro” no livro de 1859, ou seja, uma exposição seguida de uma crítica dos principais autores. Ocorre que, durante a redação, Marx se dá conta de que, para tratar de capital, teria de percorrer exatamente toda a economia política que o precedeu, razão pela qual o *Manuscrito de 1861-3* encerra uma extensa análise de autores da economia política clássica. O manuscrito, além disso, acaba por deixar claro para seu autor que sua abordagem de mais-valor e excedente acabaria por absorver os três livros iniciais que planejara, quais sejam, os livros sobre trabalho assalariado, capital e propriedade da terra. Essa perspectiva parece emergir ao longo da análise das “teorias do mais-valor”, notadamente o embate com a obra de David Ricardo, desenvolvido no Caderno XII do manuscrito. No Caderno XVI, escrito em dezembro de 1862, Marx se volta para as questões deixadas em aberto durante o exame da obra ricardiana, ou seja, redige um adendo ao capítulo sobre o capital que escrevera no início do manuscrito. Os temas abordados são: a relação entre mais-valor e lucro, algumas leis relativas a essa relação, ou seja, uma retomada dos *Grundrisse*, a questão dos custos de produção e, finalmente, a lei geral de queda da taxa de lucro, assim chamada no curso do texto.

A parte do texto dedicada à lei tem início com o argumento marxiano de que, dado que a lei decorre diretamente do processo de produção capitalista, não é necessário abordar os múltiplos capitais em concorrência para enunciá-la, isto é, ela vale para o capital da sociedade. Marx diz que “Essa lei é, e é a lei mais importante da economia política, que a taxa de lucro, com o progresso da produção capitalista, tem uma tendência a cair” (*Manuscrito de 1861-3*, MEGA2 II.3.5, p. 1.632). Além das flutuações circunstanciais no valor do capital adiantado, que impactam a taxa de lucro, só se podem pensar em duas hipóteses de queda da taxa de lucro: queda na magnitude do mais-valor e queda na proporção entre capital variável e capital constante (*Manuscrito de 1861-3*, MEGA2 II.3.5, p. 1.634). Para Marx, o desenvolvimento da produção capitalista consiste precisamente na permanente modificação dessa proporção, isto é, no declínio permanente do capital variável, a constante produção de mais-valor relativo. Ele diz:

Portanto, em geral: a queda da taxa de lucro médio expressa o aumento da força produtiva do trabalho ou do capital e, com isso, por um lado, elevada exploração do trabalho vivo empregado e, por outro lado, *massa relativamente diminuída de trabalho vivo*, com a taxa mais elevada de exploração, calculada em relação à magnitude determinada de capital. (*Manuscrito de 1861-3*, MEGA2 II.3.5, p. 1.639)

O efeito da queda na taxa de lucro, dentre outros, será a elevação do valor mínimo de capital, como uma barreira à entrada, além da concentração de capitais, já que é mais fácil obter determinada lucratividade para capitais maiores. Isso, porém, não impede nova queda da taxa de lucro e, portanto, crises violentas, “a cura para a plethora de capitais” (*Manuscrito de 1861-3*, MEGA2 II.3.5, p. 1.633).

No capítulo sobre o capital, o *Manuscrito de 1861-3* é marcado por longos exemplos numéricos, que serão retomados anos depois por Marx. Seu objetivo é mostrar os diversos componentes da taxa de lucro e como eles a influenciam, como a massa de lucro e o capital podem continuar a aumentar, mesmo com taxa de lucro declinante. No manuscrito em tela, portanto, o objetivo do autor ainda é determinar o impacto das mudanças entre capital constante e variável sobre a taxa de lucro, em suma, determinar as leis sobre o avanço da produção capitalista: “A tendência de queda da taxa geral de lucro, portanto = o desenvolvimento da força produtiva do capital, i. e., o aumento da proporção em que trabalho objetivado se troca com trabalho vivo.” (*Manuscrito de 1861-3*, MEGA2 II.3.5, p. 1.636) Esse gênero de asserção reaparece algumas vezes no manuscrito.

Cabe destacar que, embora tenha a mesma natureza inacabada dos *Grundrisse*, o *Manuscrito de 1861-3* é muito mais prudente tanto no

enunciado da lei quanto nas consequências que dela se podem extrair. Em outras palavras, Marx adota aqui uma perspectiva segundo a qual a “derrubada do capitalismo” não tem uma imediata relação com a tendência de queda da taxa de lucro, não neste manuscrito. Naturalmente, as páginas finais do Livro I, sobre a acumulação primitiva e a contradição entre força produtiva do trabalho e forma de intercâmbio pode indicar o contrário. No caso de 1862, entretanto, tal asserção é descabida. Aqui, a tendência de queda da taxa de lucro não é um elemento essencial da derrubada do capitalismo, muito menos nos moldes em que aparecia no *Manifesto* ou nos *Grundrisse*. Em várias passagens do texto (*Manuscrito de 1861-3*, MEGA2 II.3.5, p. 1638, *v. g.*), Marx chega a pensar em situações que, no manuscrito seguinte, aparecerão como as contratendências propriamente ditas. Ademais, no texto em tela, a forma de redação é determinada pelo constante diálogo com os autores canônicos da economia política. Por isso, em verdade, a lei tendencial de queda da taxa de lucro aparece ali como um elemento crucial da crítica da economia política, a ser devidamente depurado nos anos seguintes. De fato, Marx aborda o problema no interior de sua análise da obra ricardiana, no Caderno XIII do manuscrito:

Taxa de lucro tem tendência a cair. De onde? A. Smith diz: em consequência da crescente acumulação e da concomitante concorrência crescente dos capitais. R. responde: a concorrência pode balancear os lucros (vimos acima que ele não é consequente nisso) nos diferentes mercados; mas ela não pode fazer a taxa de lucro cair. Isso só seria possível, se, em consequência da acumulação do capital, os capitais aumentassem mais rápido do que a população, de modo que a demanda por trabalho fosse *constantemente* maior que sua oferta, portanto, que o salário nominal, real e segundo seu valor de uso – em valor e valor de uso – aumentasse constantemente. (*Manuscrito de 1861-3*, MEGA2 II.3.5, p. 1.063)

Segundo Marx, a tematização ricardiana opera “abstrações violentas”, *in casu*, ele estabelece arbitrariamente a identidade entre lucro e mais-valor, entre taxa de lucro e taxa de mais-valor, o que faz que a única explicação plausível para a tendência de queda da taxa de lucro esteja situada no âmbito da própria queda do mais-valor, isto é, o lucro só pode cair se aumentar a parte da jornada de trabalho em que o trabalhador trabalha para si mesmo. Isso, por sua vez, é explicado pelo aumento no preço dos alimentos, ou seja, aumento na renda da terra. Com isso, permanece a deterioração da agricultura como a única explicação para a tendência de queda da taxa de lucro.

A abordagem da economia política, para Marx, não leva em conta precisamente os elementos específicos de mais-valor e lucro, não lhes capta a diferença específica, circunscrevendo-se a arbitrariedades

metodológicas que impedem a compreensão de determinados fenômenos. Tomar a aparência pela essência, aqui, é o mote da crítica de Marx e, ao mesmo tempo, o motor de sua própria construção teórica. Seja como for, os elementos para uma nova rodada de pesquisa e redação são fornecidos pelo manuscrito de 1863. Ali, ele determina um plano de redação, que põe em execução imediatamente. No caso da queda da taxa de lucro, trata-se de articular a tematização do lucro com uma abordagem da formação do lucro médio e, em segundo lugar, tornar compatível a tendência com suas contratendências, o que fará no manuscrito seguinte.

III. Manuscrito de 1864-5: reformulação e sistematização do problema

A conclusão do *Manuscrito de 1861-3* se dá, segundo hipótese aceitável, no momento em que Marx acredita ter diante de si material suficiente para iniciar a redação de sua crítica. O resultado desses anos está consignado nas páginas finais do manuscrito, quando formula, de modo explícito, um plano para sua obra, não cabendo aqui a discussão a respeito do possível abandono do plano original de seis livros (*Manuscrito de 1861-3*, MEGA2 II.3.5, p. 1.861). Há apenas que se consignar que, em 1863, ele elabora um plano inicial para sua obra, a partir de então, centrada na análise categorial do capital, desde sua produção, passando por sua circulação, até o somatório, o processo capitalista completo. Embora tivesse minimamente claro o cerne do Livro II, qual seja, o processo de circulação do capital (como bem o atesta a carta a Engels de 6 de julho de 1863, a carta em que reformula o “quadro econômico” como crítica a Smith [*Cartas sobre O capital*, p. 99]), em 1864, a redação de Marx se inicia de modo incerto, com idas e vindas. Com efeito, naquele momento redige uma série de textos para os livros I e II. No caso do Livro I, restaram apenas as páginas conhecidas como “Capítulo VI”, provavelmente de 1864. Marx tinha o hábito de destruir manuscritos publicados, o que ocorreria em 1867, *in casu*. A parte restante só foi aproveitada parcialmente na primeira edição.

Além desse capítulo, na primeira metade de 1865, Marx redige o chamado *Manuscrito I*, primeiro de uma série voltada para os temas do Livro II. Este manuscrito, entretanto, só foi redigido durante a redação do próprio *Manuscrito de 1864-5*. De fato, Marx inicia a redação do Livro III antes de iniciar a redação do Livro II, cujos problemas só se lhe impõem a partir do manuscrito do Livro III, conforme afirma para si mesmo: “O quanto o tempo de circulação influencia a taxa de lucro são questões em que não queremos entrar em detalhe (pois ainda não foi escrito o Livro II, onde isso é discutido *ex professo*).” (*Manuscrito de 1864-5*, MEGA2 II.4.2, p. 225) Essa observação está consignada na segunda parte do manuscrito,

cuja redação teria sido interrompida para que o *Manuscrito I* fosse escrito. Isso posto, Marx retoma a redação do Livro III, que perdura até dezembro de 1865, segundo os editores da MEGA. Portanto, se em 1863 Marx tem um plano para sua obra, no início de 1866, já havia esboçado os três livros, podendo-se lançar à redação definitiva, com a primeira edição do Livro I publicada no ano seguinte. A redação do Livro II seria retomada, com sucessivas interrupções, até 1881, em meio a alterações no Livro I, publicadas em sucessivas edições. No caso do Livro III, o manuscrito concluído em 1865 restaria como texto fundamental. Ele só seria publicado em 1993, iniciando vários debates a serem referidos a seguir.

O *Manuscrito de 1864-5* se subdivide em sete capítulos, transformados posteriormente em seções por Engels: 1) Transformação de mais-valor em lucro; 2) A transformação do lucro em lucro médio; 3) Lei da queda tendencial da taxa geral de lucro com o avanço da produção capitalista; 4) Transformação do capital-mercadoria e do capital-dinheiro em capital comercial e capital monetário ou em capital mercantil; 5) Divisão do lucro em juro e ganho da empresa (Lucro industrial ou comercial); O capital portador de juros; 6) Transformação do lucro excedente em renda da terra; 7) Os rendimentos e suas fontes. As semelhanças estruturais e temáticas do manuscrito com o texto efetivamente publicado por Engels são evidentes. Para os propósitos deste artigo, cabe analisar precisamente algumas descontinuidades, especialmente no Capítulo III do manuscrito, objeto de modificações significativas por Engels. O que importa aqui, além disso, são os passos dados por Marx na construção de sua abordagem sobre taxa de lucro e sua tendência de queda, como aparecem em 1865 e no livro efetivamente publicado em 1894.

Para abordar o tema do artigo, cabe antes indicar brevemente algumas questões relativas aos dois primeiros capítulos do manuscrito. O trabalho editorial de Engels implicou um corte de 30% do material. No caso do segundo capítulo, as diferenças são de natureza estilística, não havendo cortes ou acréscimos substanciais. O caso do primeiro capítulo, transformação de mais-valor em lucro, é mais complexo. Para publicar esta seção, Engels efetivamente edita o texto, combinando várias fontes, como bem atesta a edição MEGA do terceiro livro (MEGA2 II.15, pp. 946 ss) e como ele mesmo afirma no prefácio ao Livro III (*O capital*, l. III, MEGA2 II.15, p. 7). Isso se deve à própria natureza do *Manuscrito de 1864-5*, que retoma as intuições dos *Grundrisse* e do *Manuscrito de 1861-3* (MEGA2 II.4.2, pp. 1.205 ss), tentando sistematizá-las por meio da dedução de leis a respeito da relação entre taxa de mais-valor e taxa de lucro, algo que fizera de modo indicativo nos manuscritos anteriores. No início do manuscrito (pp. 14-42), as tentativas de Marx resultam em muito

pouco, já que parte das diferenças entre as duas taxas, em lugar de buscar estabelecer-lhes as relações matemáticas, coisa que faria ao longo das páginas subsequentes, bem como nos manuscritos posteriores, também aproveitados por Engels. De todo modo, o primeiro capítulo do manuscrito e sua correlata seção no livro editado apresentam as maiores diferenças, notadamente naquilo que, na edição engelsiana, aparece como os dois primeiros capítulos do livro (“Preço de custo e lucro” e “A taxa de lucro”), ou seja, antes da entrada propriamente nas leis da relação entre taxa de lucro e taxa de mais-valor. Além disso, ao contrário do que se aceitou comumente, a segunda seção engelsiana segue de modo bastante linear o texto marxiano de 1865, isto é, o chamado “problema da transformação” está longe de ser um problema para Marx ou para o Engels de 30 anos depois (MEGA2 II.4.2, pp. 958 ss). O próprio Engels o admite no já citado prefácio (p. 8). Tais comparações, para os propósitos aqui estabelecidos, importam pouco, mas merecem estudo específico. O que importa é afirmar que, ao iniciar a redação do terceiro capítulo de seu manuscrito, e tendo em vista todo o material já redigido nos anos anteriores, Marx atinge um ponto de síntese e, ao mesmo tempo, de novas possibilidades teóricas a serem exploradas.

Como sempre fez na fase de redação de *O capital*, Marx retoma, inicialmente, o material que tinha diante de si, notadamente, o *Manuscrito de 1861-3*. Com a formulação do plano de 1863, o autor situa a lei de tendência de queda da taxa de lucro precisamente depois de abordar o processo de formação do lucro médio e sua taxa, seus pressupostos metodológicos. Tal qual aparecerá no terceiro livro, o enunciado da “lei como tal” é feito de modo simples e direto:

Com taxa constante de exploração do trabalho, a mesma taxa de mais-valor se expressaria então numa *taxa de lucro decrescente*, em consequência da crescente magnitude de valor do capital constante e, com isso, do *capital total*, com o aumento de sua escala material (quando não na mesma magnitude crescente em que se expressa maior massa meios de trabalho). (*Manuscrito de 1864-5*, MEGA2 II.4.2, p. 286)

Marx explicita em seguida que, embora se trate de corolário da “lei do modo de produção capitalista” de aumentar a composição orgânica do capital, a queda da taxa de lucro “não aparece nessa forma absoluta, mas antes numa *tendência* à queda progressiva” (*Manuscrito de 1864-5*, MEGA2 II.4.2, p. 287). Trata-se, portanto, de tendência, decorrente do aumento de produtividade do capital médio. Para Marx, no manuscrito em questão, a tendência de queda faz parte da essência da produção capitalista: “[A lei] é *demonstrada*, deduzida da essência do modo de produção capitalista, como uma necessidade evidente, que, em seu desenvolvimento, deve expressar a taxa geral de mais-valor numa *taxa de*

lucro geral em queda.” (*Manuscrito de 1864-5*, MEGA2 II.4.2, p. 287) A natureza do valor do capital e do mais-valor que consegue extrair, isto é, a proporção entre valor adiantado e mais-valor produzido é a causa da tendência. E Marx afirma que esta tendência é inevitável: “Mas essa proporção de mais-valor e valor do capital total empregado constitui a *taxa de lucro*, que, portanto, tem de cair constantemente.” (*Manuscrito de 1864-5*, MEGA2 II.4.2, p. 287) A tendência de ganhos da produtividade do capital social, com a constante diminuição do valor relativo do capital variável, implica necessariamente a tendência de queda da taxa de lucro, a queda da taxa de lucro é a contrapartida do processo de acumulação. Essas passagens serão úteis aqui, quando se discutirem alguns pontos de vista a respeito da edição feita por Engels.

Nas páginas seguintes Marx aborda as questões relativas à taxa de lucro em diversos países e, sobretudo, a questão do aumento da massa de lucro simultânea à queda da taxa de lucro. Em grande medida, retoma a argumentação desenvolvida no *Manuscrito de 1861-3*. No desenvolvimento dessa argumentação, fica evidente a indeterminação que o problema assumiria nos anos seguintes, conforme se indicará no próximo item. Nas páginas iniciais do capítulo, portanto, Marx aponta para o duplo fenômeno relativo à lei, qual seja, a tendência de queda da taxa de lucro e, por outro lado, o correlato aumento da massa de mais-valor, de lucro, isto é, a produtividade crescente do trabalho social tem um duplo efeito, com a diminuição do valor em geral, mas com sua distribuição numa crescente massa de valores de uso (*Manuscrito de 1864-5*, MEGA2 II.4.2, pp. 297 ss). A queda tendencial da taxa de lucro, com isso, pode ser minorada se o aumento da dotação de capital for mais acelerado, isto é, se o aumento da massa de mais-valor for superior à taxa de substituição de capital variável por capital constante. Essa distinção, segundo Marx, nem sempre foi feita pelos economistas que o precederam, razão de confusões intermináveis, notadamente no caso de David Ricardo.

No esboço de 1865, Marx passa dessa discussão diretamente para a abordagem das contratendências. Ele diz, depois de constatar que o lucro não caíra na velocidade esperada nos últimos 30 anos: “Deve haver influências contrárias a atuar, que detêm o efeito da lei geral, impedem-na e lhe dão apenas o caráter de uma *tendência*, razão pela qual também designamos a queda da taxa geral de lucro como uma *queda tendencial*.” (*Manuscrito de 1863-4*) O caráter prudencial aqui se intensifica, em relação ao manuscrito anterior. As contratendências fazem parte imediata do argumento, a lei, por isso, trata-se de tendência e não de um comportamento necessariamente observável. Tem-se, com isso, uma aquisição fundamental: a lei sobre a tendência traz em seu enunciado os elementos de sua contradição, as contratendências. Marx as enuncia aqui

tal qual aparecerão no terceiro livro: 1) exploração mais intensa do trabalho (p. 302); 2) pagamento de salários abaixo do valor da força de trabalho (p. 305); 3) causas de elevação da taxa de lucro enquanto a taxa de mais-valor permanece constante, que Engels denominará de barateamento dos elementos do capital constante (p. 305); 4) superpopulação relativa (p. 305); 5) comércio exterior (p. 306). Páginas adiante, Marx acrescenta ainda o capital produtor de juros à enumeração (p. 309). Com a atuação desses efeitos, a lei não é anulada, mas seus efeitos são inibidos, adiados, ou seja, “A lei atua apenas como tendência, cujos efeitos aparecem como amplamente contundentes apenas sob circunstâncias determinadas e em longos períodos” (p. 308).

A partir dessa constatação, Marx explora uma série de aspectos da lei previamente descrita, sempre a reiterar que queda da taxa de lucro e acumulação acelerada são duas faces do mesmo fenômeno. Esta tematização aparecerá de modo explícito dois anos depois, na primeira edição do Livro I, quando Marx enuncia a “lei geral da acumulação”. O cerne da abordagem marxiana, na parte final de seu terceiro capítulo, são os efeitos recíprocos de acumulação e tendência de queda da taxa de lucro. Não se trata, como ocorria em Ricardo, de uma tendência à derrubada do sistema, mas simplesmente de um retardo, imposto pela tendência de queda, na acumulação. Com efeito, conforme Marx reitera várias vezes, a tendência de queda não anula a acumulação, ou seja, uma taxa menor de lucratividade não significa uma massa menor de lucros, antes ao contrário. Assim, contraditoriamente, com o aumento da produtividade, o valor das mercadorias diminui, mas a massa, a quantidade delas aumenta, ou seja, a massa de lucro aumenta (*Manuscrito de 1864-5*, MEGA2 II.4.2, p. 316). Marx analisa, então, uma série de situações em que o lucro ora permanece o mesmo, ora diminui ou até mesmo aumenta. Ele diz:

Considerada abstratamente, a taxa de lucro pode permanecer *a mesma*, no caso de queda do *preço da mercadoria individual* em consequência do aumento da força produtiva do trabalho e, por isso, do simultâneo aumento do *número* dessas mercadorias de preço mais baixo. Por exemplo, se o aumento da força produtiva do trabalho atuasse *proporcional e simultaneamente* em *todos* os componentes das mercadorias, de tal modo que o *preço total* das mercadorias caísse na mesma proporção em que aumentasse a produtividade do trabalho, por outro lado, a *proporção* entre os diversos componentes do preço da mercadoria permaneceria *a mesma* (constante), *cairia*, conforme investigações anteriores, ou aumentaria, se à elevação da taxa de mais-valor se ligasse uma significativa depreciação da parte constante do capital. (*Manuscrito de 1864-5*, MEGA2 II.4.2, p. 319)

Essa citação é exemplar da maneira como Marx, no processo de redação de 1865, aproximou-se do tema, com toda a cautela necessária, a

ênfase em tendências, contratendências e os seus efeitos recíprocos na vida econômica. Esse fenômeno consiste precisamente na essência do modo de produção capitalista, no qual o permanente aumento da produtividade do trabalho, com o aumento dos números da imensa coleção de mercadorias, a massa de lucros e a taxa de lucro de cada mercadoria individual geralmente caem, “mas a massa de lucro decorrente da soma das mercadorias aumenta” (*Manuscrito de 1864-5*, MEGA2 II.4.2, p. 319). Durante a própria redação de seu manuscrito, Marx constata, de modo explícito, que o desenvolvimento da força produtiva do trabalho, no regime de acumulação capitalista, produz fenômenos contraditórios: o aumento da produtividade diminui a taxa de lucro, mas, ao mesmo tempo, promove a depreciação do estoque de capital e, com isso, impede que a taxa de lucro continue a cair, abrindo nova rodada de acumulação acelerada (*Manuscrito de 1864-5*, MEGA2 II.4.2, p. 323). Uma das soluções para a tendência de queda, portanto, é a própria crise econômica, ou seja, o capitalismo parece propor as barreiras que ele mesmo supera, frase retomada no Livro I (*Manuscrito de 1864-5*, MEGA2 II.4.2, p. 324).

O leitor familiarizado com o Livro III perceberá que todos os elementos previamente apresentados aparecem na edição engelsiana. Entretanto, a diferença crucial entre um e outro texto reside no caráter impreciso, aproximativo da tematização marxiana. Ao dividir o capítulo do *Manuscrito de 1864-5* em três capítulos, com alterações de localização de várias passagens, Engels transforma em sistema algo que estava longe de ser sistemático. Em segundo lugar, decompõe algo que, possivelmente, não poderia ser decomposto, a saber, a atuação das forças que promovem e aquelas que atenuam a queda da taxa de lucro. Engels separa tendência de queda de contratendências, depois, avança em direção à resultante dos dois conjuntos de forças. Esse procedimento não é efetivamente correto do ponto de vista de Marx. Não se pode, contudo, responsabilizar Engels pela recepção que estas páginas tiveram no século passado e contemporaneamente. Por outro lado, alguns reparos merecem ser feitos em relação à literatura contemporânea.

Antes disso, diante do que foi exposto, cabe ao menos consignar que, em 1865, Marx não mais trabalha com uma teoria da derrubada do capitalismo a partir das crises, e muito menos a partir da formulação de uma lei tendencial. Em oito anos, abandona sua perspectiva das crises intermináveis e, ironicamente, parece retomar alguns aspectos desenvolvidos no *Manifesto comunista*, isto é, o desenvolvimento capitalista é contraditório, essencialmente permeado de crises, mas estas mesmas crises são antes um modo de o sistema se reinventar e retomar a produção e a acumulação, ou seja, são interrupções necessárias, mas que jamais o condenariam à queda e derrubada. Esse aspecto pode ser mais

bem compreendido ainda com o exame do chamado quinto capítulo, transformado na quinta seção por Engels, em que Marx aborda as questões do crédito, flutuações econômicas e crises, o que não pode ser feito neste artigo.

IV. Manuscritos finais: as leis do movimento

O processo de redação de *O capital* não se encerra em 1865, antes começa ali. O Livro I é redigido nos dois anos seguintes, publicada a primeira edição em 1867, com mais duas em vida de Marx, sem falar da muito significativa edição francesa. Depois de 1868, Marx se lança a um longo processo de redação do Livro II, deixando vários manuscritos, sistematizados por Engels e lançados como o Livro II em 1885. O processo de redação do Livro III, entretanto, deveu sua parte mais importante ao próprio *Manuscrito de 1864-5*, tendo Marx se dedicado aos temas ali tratados apenas de modo esporádico (MEGA2 II.4.3 e MEGA2 II.14). Poucos materiais foram deixados por Marx fora desse texto, mas os textos disponíveis permitem a formulação de algumas hipóteses. Em verdade, as questões suscitadas pelos manuscritos para o Livro III têm sido objeto de debate intenso nos anos recentes. No caso da lei de tendência de queda da taxa de lucro, o problema é ainda mais complicado, uma vez que Marx parece não ter retomado o tema em absoluto nos anos posteriores a 1865.

Conforme se disse, a diferença do manuscrito marxiano para o texto editado por Engels é o caráter indicativo, não sistemático, do primeiro. Depois da abordagem bastante delimitada do *Manuscrito de 1861-3*, o manuscrito seguinte, de 1865, apresenta uma maior abertura a respeito do tema. Existe uma tendência de queda, confrontada permanentemente com contratendências, dentre as quais, a própria crise econômica, com barateamento e destruição de capital, por um lado, e desemprego e aumento da extração de mais-valor absoluto, de outro. Nos manuscritos seguintes, Marx parece dar um passo atrás a respeito. Com efeito, os textos posteriores ao *Manuscrito de 1864-5* trazem nova rodada de investigações acerca dos diversos componentes de lucro, taxa de lucro e, conseqüentemente, podem indicar nova necessidade de reflexão sobre as leis tendenciais envolvidas nessas categorias. Cabe indicar aqui alguns passos analíticos fornecidos por esses manuscritos.

Em 1867, Marx redige três pequenos esboços para o início do Livro III (MEGA2 II.4.3, pp. 7-31). Entre outubro e dezembro do mesmo ano, redige o pequeno texto “Leis da taxa de lucro”, em que, conforme se disse, dá um passo atrás em seu procedimento analítico, para investigar os diversos determinantes da taxa de lucro e como ela varia conforme eles se modificam. Podem-se enunciar as leis como segue: 1) A taxa de lucro é sempre menor do que a taxa de mais-valor (MEGA2 II.4.3, p. 57); 2) se o

capital adiantado é constante, então a taxa de lucro aumenta ou cai conforme o mais-valor aumente ou diminua (MEGA2 II.4.3, p. 57); 3) a mesma taxa de mais-valor pode-se expressar nas mais variadas taxas de lucro e também o contrário: as mais variadas taxas de lucro podem expressar a mesma taxa de mais-valor (MEGA2 II.4.3, p. 58); 4) diferentes taxas de mais-valor podem se expressar na mesma taxa de lucro e, ao contrário, a mesma taxa de lucro pode expressar diferentes taxas de mais-valor (MEGA2 II.4.3, p. 61). As páginas finais do curto manuscrito tratam de explicitar essas leis, extrair-lhes as consequências e, principalmente, relacioná-las aos demais componentes da taxa de mais-valor, capital constante, capital variável etc.

Entre o outono e o inverno de 1868, o tema reaparece em texto mais extenso, 79 páginas manuscritas, intitulado “Sobre taxa de mais-valor e taxa de lucro. Leis da taxa de lucro, preço de custo e rotação do capital” pelos editores da MEGA. O primeiro ponto investigado, novamente, é a relação entre taxa de mais-valor e taxa de lucro e Marx analisa várias situações, quais sejam: a) aumento do capital aplicado por meio do aumento do capital constante, permanecendo iguais a taxa e a massa de mais-valor (MEGA2 II.4.3, p. 78); b) capital aplicado constante, com variação no mais-valor (MEGA2 II.4.3, p. 81); c) aumento da magnitude do capital aplicado em consequência do aumento de magnitude do capital variável, com capital constante inalterado (MEGA2 II.4.3, p. 87). O quarto item discute possibilidades de a taxa de lucro permanecer a mesma, embora varie a taxa de mais-valor. Depois de vários exemplos numéricos, Marx conclui: “A taxa de lucro aqui permanece constante, embora a taxa de mais-valor caia ou aumente, com capital variável inalterado, portanto, a massa de mais-valor aumenta ou cai com a taxa de lucro.” (MEGA2 II.4.3, p. 97) E mais adiante: “Isso só mostra aqui que, com *crecente* ou *cadente* taxa de mais-valor, a taxa de lucro pode permanecer inalterada.” (MEGA2 II.4.3, p. 98). Finalmente, o mais importante, Marx afirma em seguida que é possível pensar casos “de taxa de lucro em queda com aumento da taxa de mais-valor ou com capital variável inalterado” (MEGA2 II.4.3, p. 100). De modo mais decisivo do que no manuscrito escrito poucos meses antes, este “Sobre taxa de mais-valor e taxa de lucro...” apresenta uma investigação muito mais detalhada dos diversos componentes da taxa de lucro – e também do próprio lucro – e seus respectivos impactos sobre ela. No final da primeira seção, Marx chega a investigar como a diferença entre as duas taxas se comporta com variações simultâneas em seus componentes. Logo em seguida, deduz as mesmas leis anteriormente citadas, com poucas modificações (MEGA2 II.4.3, pp. 104-39). A terceira parte do manuscrito é dedicada a preço de custo e rotação do capital, temas do Livro II, que aparecem até mesmo na

primeira edição do Livro I. Nessa parte do manuscrito e também num breve escrito de junho ou julho de 1868 (MEGA2 II.4.3, pp. 244-80), os temas aqui descritos se confundem com aqueles do Livro II, quais sejam, tempo de rotação e decomposição do capital adiantado em capital fixo e circulante. Não cabe abordar esses temas aqui. Cabe indicar, no entanto, que Marx pretendia se debruçar sobre este tema, tendo anunciado em todas as edições do Livro I que o abordaria, isto é, que demonstraria “que a mesma taxa de mais-valor poderia se expressar nas mais diversas taxas de lucro e que taxas diferentes de mais-valor, sob determinadas circunstâncias, poder-se-iam expressar na mesma taxa de lucro” (MEGA2 II.5, p. 423), conforme enunciado da primeira edição do Livro I, a reaparecer nas três edições seguintes (MEGA2 II.6, p. 488; MEGA2 II. 8, p. 497; MEGA2 II.10, p. 470). Essa pretensão, bem como a própria exegese acima, diz muito sobre o momento da pesquisa marxiana e parece, à primeira vista, apontar para uma ausência: Marx não está plenamente satisfeito com a abordagem desenvolvida no *Manuscrito de 1864-5* a respeito da questão do lucro médio, isto é, da conversão de mais-valor em lucro. Em segundo lugar, de fato, nada diz sobre a lei de tendência de queda da taxa de lucro. A interpretação do material posterior a 1865 parece indicar o abandono da questão, na forma como fora enunciada previamente. Com efeito, nos manuscritos de 1867 e 1868, Marx se volta novamente para a questão do lucro médio, seus componentes, a comparação entre capitais de composições orgânicas distintas, por exemplo.

Os mesmos problemas reaparecem nos manuscritos finais em que Marx aborda lucro e taxa de lucro. No manuscrito “Taxa de mais-valor e taxa de lucro”, concluído entre outubro e novembro de 1875, Marx tenta analisar a relação entre taxa de lucro e taxa de mais-valor a partir de sua diferença numérica. Tal diferença reaparece aqui em novas tentativas de dedução das leis a respeito da taxa de lucro. Marx diz:

Como a concorrência entre os capitais (as frações do capital total da sociedade que funcionam autonomamente) não produz em absoluto distribuição igual do mais-valor social em relação à magnitude dos capitais adiantados, então é possível que diferentes taxas de mais-valor se consolidem em diferentes ramos de produção, consideradas em relação ao capital total adiantado, desde que produzam a mesma taxa de lucro. (MEGA2 II.14, p. 13)

Novamente, as preocupações de Marx são os determinantes da taxa de lucro, especialmente sua relação com a taxa de mais-valor. Em verdade, os textos aqui discutidos se situam na discussão de lucro e formação do lucro médio, ou seja, matéria preliminar a qualquer consideração sobre as leis da taxa de lucro. Essa parece ser a tônica de outro manuscrito, o mais

copioso do período, “Taxa de mais valor e taxa de lucro matematicamente consideradas”, escrito entre maio e agosto de 1875. Tal como o texto anterior, podem-se ver claramente as razões pelas quais, nos anos seguintes, Marx tem de se haver com temas da matemática. De fato, um dos elementos centrais dos escritos posteriores a 1865 é a tematização da diferença entre taxa de lucro e taxa de mais-valor. Naquele momento, parece a Marx necessário empreender estudos de cálculo, o que resultará nos manuscritos matemáticos, ainda inéditos no âmbito da MEGA, mas publicados em livros autônomos nas últimas décadas. O fato fundamental é que, depois de 1865, as pesquisas de Marx a respeito do Livro III parecem ter resultado em muito pouco em relação ao que havia sido obtido. Com efeito, os manuscritos posteriores a 1865 não avançaram além da questão de preço, lucro e lucro médio. Renda, crédito ou crise, por exemplo, não foram mais abordados.

A mudança de gradiente analítico dos textos finais, naquilo que diz respeito às leis tendenciais do lucro, é significativa. A volta analítica a questões insatisfatórias no manuscrito de 1865 é representada pela necessidade de um estudo mais detalhado de todas as categorias envolvidas. Por isso, a pesquisa sobre as leis que regem a taxa de lucro deveria ser refeita, nos termos em que o autor enuncia no final do manuscrito:

Ao abordar a taxa de lucro – à diferença da taxa de mais-valor – partimos de um dado capital, com dada composição e dada taxa de valorização. Então, nós a deixamos passar pela série possível de mudanças que produzem alterações na taxa de lucro, que é, em última análise, função de diferentes variáveis e descobrimos as leis que determinam o aumento, queda ou constância da taxa de lucro, numa palavra, as leis de seu movimento. As leis descobertas desse modo são válidas para o capital social, considerado um capital, portanto, para a taxa de lucro considerada a proporção entre o capital social em operação e o mais-valor por ele produzido. (MEGA2 II.14, p. 128)

A pretensão, em 1875, como em 1844, é ainda desvendar as “leis de movimento”, isto é, o funcionamento da sociedade capitalista. Essas leis, entretanto, estão muito distantes, em Marx, das leis da física newtoniana, abraçadas pela ciência econômica canônica. Segundo Lukács:

Só quando se levam em conta essas contínuas interações entre o econômico, rigidamente submetido a leis, e as relações, forças etc. heterogêneas com relação a esse nível, ou seja, o extraeconômico, é que a estrutura de *O capital* se torna compreensível: nela são colocadas de modo experimental conexões legais puras, homogêneas em sua abstratividade, mas também a ação exercida sobre elas, que por vezes leva até sua supressão, por componentes mais amplos, mais próximos da realidade, inseridos de maneira subsequente, para chegar finalmente à totalidade concreta do ser social. (2012, p. 217)

Pode-se afirmar, a partir dessa asserção, ao menos, que existe um elemento de continuidade entre 1863 e 1875: a natureza contraditória, por assim dizer, dialética, do comportamento da taxa de lucro. Uma vez desvelada a interação entre tendência e contratendências, o comportamento da taxa de lucro não pode ser descrito como linear, em direção à queda, mas se torna mais complexo. As “conexões legais puras”, portanto, têm de se aproximar de uma causalidade bastante complexa. A abordagem marxiana, com isso, pode-se dizer, evolui das leis de movimento newtonianas para uma espécie de física hegeliana, isto é, sua filosofia da natureza, que supera as leis lógicas e abstratas em favor de leis lógico-ontológicas. Lamentavelmente, esta investigação restou inacabada.

Considerações finais

A lei de tendência de queda da taxa de lucro tem provocado discussões desde a publicação do Livro III. A partir de 1993, a nova rodada de debates se baseia, em grande medida, no cotejamento entre os manuscritos e o material efetivamente publicado. No caso da lei tendencial de queda da taxa de lucro, o problema é duplo: investigar o trabalho engelsiano de edição e, por outro lado, o próprio lugar da lei na teoria marxiana, considerando o fato de que, como se viu, os últimos manuscritos pouco ou nada falam a respeito, enquanto outros aspectos são conservados. Dado o uso que se fez, desde o século passado, da lei da tendência de queda da taxa de lucro, não causa surpresa que o tema envolva polêmicas acaloradas. Para simplificar a exposição, cabe indicar relativa divisão nos debates a separar alemães, em geral, ligados à edição da MEGA, e anglo-saxões, muitas vezes, envolvidos em desenvolvimentos das categorias marxianas tal qual apareciam tradicionalmente. Naturalmente, tal divisão é arbitrária e imprecisa.

No caso da questão engelsiana, Vollgraf e Jungnickel (2002, p. 47) e Heinrich (1996-97, p. 459) afirmam que, ao dividir o terceiro capítulo do manuscrito nos três capítulos da terceira seção, Engels fez algumas inserções e inversões no material, fazendo que o texto adquirisse certa ordem e estrutura que não possuía. Em outras palavras, teria construído uma teoria da crise e da derrubada do capitalismo, como se mostrou aqui, longe dos planos de Marx. Heinrich (2006, pp. 327 ss) apresenta uma série de inconsistências internas na formulação marxiana da lei, e além disso indica que esta não seria essencial para a teoria marxiana e, até mesmo, que não seria investigada em textos posteriores. Para esse autor, o cerne de uma teoria da crise estaria no quinto capítulo do manuscrito, a quinta seção do Livro III. Reuten (2004, p. 171) acrescenta ainda que a separação que Engels fez entre tendências e contratendências, ao contrário do que se apontou aqui, faz que a ênfase recaia exatamente na tendência de queda.

Todos esses autores apresentam também certos acréscimos de Engels. Num deles, apontado pelos autores mencionados, Engels teria acrescentado a frase “Entretanto, na realidade, como vimos, a taxa de lucro cairá no longo prazo” (*O capital*, l. III, MEGA2 II.15, p. 227). Embora enganosa, outras frases no manuscrito indicam a mesma ideia, como a já citada: “[A lei] é *demonstrada*, deduzida da essência do modo de produção capitalista, como uma necessidade evidente, que, em seu desenvolvimento, deve expressar a taxa geral de mais-valor numa *taxa de lucro geral em queda*.” (*Manuscrito de 1864-5*, p. 287) Outra inserção criticada pelos autores citados acima é a substituição “*zum Klappen bringen*” (chegar a um momento crítico) por “*Zusammenbruch*” (derrubada) (respectivamente, *Manuscrito de 1864-5*, p. 315, l. III, p. 243).

Dois autores, dentre outros, insurgem-se contra essa perspectiva. Krätke diz:

Graças à assim chamada “nova leitura de Marx”, entre os marxistas eruditos e marxólogos, hoje se tornou preconceito popular que Engels teria corrompido *O capital*. Definitivamente, ele teria encorajado interpretações erradas e conduzido gerações de marxistas e críticos de Marx por pistas falsas, não contra seu melhor juízo, mas antes porque ele não teria compreendido ou teria compreendido mal o método e a teoria de Marx. (2015, p. 202)

Para Krätke, a edição de Engels, no caso da lei de tendência de queda da taxa de lucro, não teve a pretensão de tornar o texto mais sistemático, notadamente, de construir uma teoria das crises. Como argumento, o autor menciona as diversas estações, em todos os manuscritos, em que se constrói não uma teoria das crises, mas uma abordagem que, uma vez concluída a redação, explicitaria o caráter contraditório do capitalismo, desde a mercadoria. Essa também é a posição de Callinicos (2014, pp. 242 ss), para quem uma abordagem das crises perpassa os três livros de *O capital*, em diversas instâncias.

A avaliação que Moseley (2016, pp. 19 ss) faz do problema Marx-Engels, por sua vez, é bastante distinta dos autores citados acima. Em primeiro lugar, Moseley considera os deslocamentos de Engels consistentes com o texto marxiano. O autor também aponta diversas frases marxianas que corroboram as inserções engelsianas, isto é, a tendência de longo prazo. Em terceiro lugar, Moseley indica a ação da tendência e de suas contratendências como elemento da abordagem marxiana das crises, especialmente o papel de desvalorização do capital da sociedade. Segundo o autor, muitas das críticas da terceira seção do Livro III desconsideram precisamente o seu nexos com a quinta, apontado por Marx e mantido por Engels: a visão da lei e sua compatibilidade com os elementos

apresentados na seção relativa a crédito, capital portador de juros e flutuações econômicas.

Todo o debate contemporâneo, desde o desastre do comunismo soviético e o desaparecimento do movimento de trabalhadores no mundo, em verdade, promoveu um passo atrás na própria recepção da obra marxiana. Com efeito, várias gerações de marxistas tomaram o texto marxiano como completo, ainda que inacabado. As categorias que o animaram, durante décadas, foram utilizadas para ampliar o escopo da teoria, como forma de apropriação do mundo e crítica das formas de pensamento enraizadas no modo de vida capitalista. Nas últimas três décadas isso nem sempre tem sido possível. Assim, com a publicação dos esboços aqui apresentados de modo bastante parcial, a teoria parece ter se tornado, muitas vezes, mais confusa do que afirmativa, mais incompleta do que acabada. Basta que se comparem, *v. g.*, os usos que se fizeram de obras como os *Grundrisse*, *A ideologia alemã* ou os *Manuscritos de 1844* com a recepção problemática dos materiais aqui discutidos. Preservado o otimismo ponderado, se ainda não contribuíram para a melhor compreensão da obra de Marx e para o próprio avanço da teoria econômica e do pensamento em geral, cabe dizer que o fim do marxismo oficialista, ao menos, possui a grande vantagem de permitir a livre apropriação desse material, sem preconceitos da moda: *compelle intrare!*

Cabe dizer, finalmente, que o procedimento deste artigo, conforme se viu, correu o risco de desnaturar a natureza do próprio objeto exposto. A lei tendencial de queda da taxa de lucro não pode ser compreendida plenamente sem a devida consideração da totalidade categorial em que está inserida. Assim, fazemos nossas as palavras de Lukács:

primeiro, que a tendencialidade, enquanto forma fenomênica necessária de uma lei na totalidade concreta do ser social, é consequência inevitável do fato de que nos encontramos diante de complexos reais que interagem de modo complexo, frequentemente passando por amplas mediações com outros complexos reais; a lei tem caráter tendencial porque, por sua própria essência, é resultado desse movimento dinâmico-contraditório entre complexos. Segundo: que a taxa de lucro, em sua queda tendencial, é o resultado final de atos teleológicos individuais, ou seja, de pores conscientes, mas seu conteúdo, sua direção etc. produzem o exato oposto do que era visado objetiva e subjetivamente por esses atos individuais. Esse fato fundamental, elementar e necessário, da existência e das atividades histórico-sociais dos homens se apresenta, também nesse caso, sob uma forma factual que pode ser verificada de modo exato; quando as relações econômicas são compreendidas em sua totalidade dinâmica e concreta, torna-se evidente, a cada passo, que os homens fazem sua própria história, mas os resultados do decurso histórico são diversos e frequentemente

opostos aos objetivos visados pelos inelimináveis atos de vontade dos indivíduos humanos (2012, p. 228).

A compreensão das leis econômicas, das “leis de movimento” da produção capitalista parte do intercâmbio humano com a natureza e tem resultados distintos das pretensões individuais. No caso das leis relativas ao lucro e sua taxa, essas leis, em última análise, expressam exatamente o ímpeto social de domínio maior da humanidade sobre a natureza, o que implica a capacidade de produzir mais em menos tempo. Trata-se, portanto, de desenvolvimento essencialmente contraditório e de difícil compreensão. Os manuscritos aqui apresentados mostram precisamente a tentativa de seu autor de captar fenômenos complexos e, por isso, cabe ao tempo presente o devido desenvolvimento da teoria e de suas possibilidades práticas.

Referências bibliográficas

CALLINICOS, Alex. *Deciphering Capital: Marx's Capital and its destiny*. Londres: Bookmarks, 2014.

HEINRICH, Michael. *Die Wissenschaft von Wert*. Münster: Westfälisches Dampfboot, 2006.

HEINRICH, Michael. Engels' edition of the third volume of "Capital" and Marx's original manuscript. *Science & Society*, v. 60, n. 4, 1996/1997.

_____. [2013]. Crisis theory, the law of the tendency of the profit rate to fall, and Marx's studies in the 1870s. *Monthly Review*, v. 64, n. 11. Disponível em: <<https://monthlyreview.org/2013/04/01/crisis-theory-the-law-of-the-tendency-of-the-profit-rate-to-fall-and-marxs-studies-in-the-1870s/>>, acessada em 20 nov. 2017.

KRÄTKE, Michael. Kapitalismus und Krisen. Geschichte und Theorie der zyklischen Krisen in Marx' ökonomischen Studien 1857/58. *Beiträge zur Marx-Engels-Forschung. Neue Folge*, pp. 5-45, 1998.

KRÄTKE, Michael. O problema Marx-Engels: por que Engels não falseou *O capital* marxiano. *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, n. 20, pp. 191-206, 2015.

LUKÁCS, Georg. *Para uma ontologia do ser social* v. I. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl. *Das Kapital* 1.3. Briefe über das Kapital. Berlim: Dietz, 2010.

_____; ENGELS, Friedrich. *Werke* v. IV. Berlim: Dietz, 1977.

_____; _____. *Werke* v. VI. Berlim: Dietz, 1961.

_____; _____. *Gesamtausgabe* v. II.3.5. Berlim: Dietz, 1980a.

_____; _____. *Gesamtausgabe* v. II.1. Berlim: Dietz, 1981.

_____; _____. *Gesamtausgabe* v. I. 2. Berlim: Dietz, 1982. _____;

_____. *Gesamtausgabe* v. II.5. Berlim: Dietz, 1983.

_____; _____. *Gesamtausgabe* v. IV.8. Berlim: Dietz, 1986.

_____; _____. *Gesamtausgabe* v. II.6. Berlim: Dietz, 1987.

- _____; _____. *Gesamtausgabe* v. II.4.1. Berlim: Dietz, 1988.
- _____; _____. *Gesamtausgabe* v. II.8. Berlim: Dietz, 1989.
- _____; _____. *Gesamtausgabe* v. II.10. Berlim: Dietz, 1991.
- _____; _____. *Gesamtausgabe* v. II.14. Berlim: Akademie, 2003.
- _____; _____. *Gesamtausgabe* v. II.15. Berlim: Akademie, 2004.
- _____; _____. *Gesamtausgabe* v. II.4.2. Berlim: Akademie, 2012a.
- _____; _____. *Gesamtausgabe* v. II.4.3. Berlim: Akademie, 2012b.
- MOSELEY, Fred. "Introduction". In: MARX, Karl. *Economic manuscript of 1864-1865*. Leiden: Brill, 2016.
- REUTEN, Geert. "Zirkel vicieux" of trend fall? The course of the profit rate in Marx's *Capital III*. *History of Political Economy*, v. 36, n. 1, pp. 163-86, 2004.
- VOLLGRAF, Carl-Erich; JUNGNICHEL, Jürgen. "Marx in Marx's words"?: On Engels's edition of the main manuscript of book 3 of *Capital*. *Journal of Political Economy*, v. 32, n. 1, pp. 35-78, 2002.

Como citar:

DE DEUS, Leonardo Gomes; YEMBA, Bovick Wandja; MARQUES, Lucien André Regnault. Lucro, taxa e tendência nos manuscritos inéditos de *O capital*. *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, Rio das Ostras, v. 24, n. 1, pp. 114-138, abr./2018.

Data de envio: 22/1/2018
Data de aceite: 27/2/2018